



A PRODUÇÃO DE SUJEITOS QUANDO O SABER ESTATÍSTICO SE VINCULA AOS DISCURSOS DA ALFABETIZAÇÃO, DO ANALFABETISMO E DO ALFABETISMO/LETRAMENTO

Renata Sperrhake - UFRGS

Agência Financiadora: CNPQ

Resumo: O presente texto busca analisar como o saber estatístico se vincula aos discursos que tratam da alfabetização, do analfabetismo e do alfabetismo/letramento e como essa vinculação contribui na produção de sujeitos alfabetizados, analfabetos e letrados. Para tanto, realizou-se uma busca em acervos digitais de revistas especializadas em Educação e Estatística e no Portal de Teses da CAPES. A partir do *corpus* selecionado foram criadas quatro unidades de análise, quais sejam: 1) estatísticas utilizadas como material empírico; 2) estatísticas utilizadas como procedimento metodológico; 3) referência a estatísticas – saber estatístico; 4) emergência da discussão sobre os níveis de alfabetismo/letramento. A partir das análises realizadas ao longo do trabalho pretendi contribuir para o entendimento das maneiras pelas quais o sujeito alfabetizado, analfabeto e letrado é produzido através dos discursos acadêmicos que fazem uso da estatística para tratar do tema da alfabetização, do analfabetismo e do alfabetismo/letramento.

Palavras-chave: Saber Estatístico; Alfabetização; Analfabetismo; Alfabetismo/Letramento; Estudos Culturais Pós-Estruturalistas.

Introdução

O presente texto¹ busca analisar algumas produções acadêmicas que vinculam os discursos da alfabetização, do analfabetismo e do alfabetismo/letramento ao saber estatístico. Mais especificamente, interessam aqui as estatísticas que focalizam a quantificação da alfabetização, do analfabetismo e do alfabetismo/letramento.

Ao iniciar a pesquisa que deu origem a este texto, questionei-me sobre como o indiscutível poder dos números na cultura política moderna (ROSE, 1991) faz pensar sobre a maneira que índices e taxas adquirem centralidade na atualidade.

O campo de estudos em que este texto se apoia é o dos Estudos Culturais em Educação, na sua vertente pós-estruturalista. Assim, análises aqui realizadas “podem ser

¹ Este trabalho decorre de Projeto de Dissertação de Mestrado realizado por mim no Curso de Mestrado da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa Estudos Culturais em Educação, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Clarice Salette Traversini.

configuradas como formas interessadas em lidar com práticas e produtos da cultura” (WORTMANN, 2007, p. 75), e ainda podem ser vistas como “[...] assumidamente parciais, incompletas e orientadas pela preocupação com a apresentação das circunstâncias, e não pela busca das ‘causas’”.

Estudos Culturais em Educação: a orientação teórica-metodológica

As diferentes formas de abordagem de um tema, em uma pesquisa, estão marcadas por diversos aspectos: o referencial teórico que embasa o estudo, a trajetória do pesquisador, as escolhas feitas por ele durante o período da pesquisa, o material a ser estudado, dentre outros.

De alguma maneira, esse meu entendimento do que é empreender uma investigação (científica) está ancorado no campo e na perspectiva teórica que escolhi para trabalhar, e que já foi anunciada anteriormente. O campo é o dos Estudos Culturais em Educação, em sua vertente pós-estruturalista.

Os Estudos Culturais fornecem uma maneira de entender conceitos, teorias e métodos como produções culturais localizadas historicamente, que podem, de certa forma, responder a questões específicas de um tempo histórico e que só são possíveis a partir de certas condições. Esse entendimento permite que se olhe para conceitos, teorias e métodos como verdades provisórias produzidas no interior de relações de poder e que lutam para ganhar legitimidade. Assim, “[...] a produção de conhecimentos é concebida como prática social, como construção coletiva, como processo histórico [...]” (COSTA, 2007, p.14).

Uma das características do pensamento pós-estruturalista é o entendimento acerca da linguagem. Os autores pós-estruturalistas questionam a função representativa da palavra, questionam o potencial da palavra em ser um retrato das coisas do mundo. Para eles, não existe relação essencial ou natural entre a palavra e a coisa. O que existe é a produção de sentidos, e assim, certa frouxidão das significações. Sentidos e significados são produzidos pela linguagem. Assim, os discursos atuam na constituição daquilo que chamamos de realidade (COSTA, 2004). Nesse sentido, a perspectiva pós-estruturalista nega a existência de uma realidade objetiva e preexistente.

A ‘verdade’ ou a ‘realidade’ são construções discursivas [...] a verdade ou as verdades são coisas deste mundo, constituídas no seio de correlações de forças e de jogos de poder. Aquilo que chamamos de ‘verdade’ é produzido na forma de

discursos sobre as coisas do mundo, segundo regimes regidos pelo poder (COSTA, 2004, p. 76).

Assim, os discursos que produzem as estatísticas educacionais e a alfabetização, o analfabetismo e o alfabetismo/letramento, podem ser vistos como produtores de “realidades” sendo, também, produzidos por ela. Nesse sentido, ao pretender retratar uma realidade de forma objetiva os discursos fazem muito mais do que isso “pois ao enunciarmos algo mais que nomear ou apontar posições, estamos, sobretudo, produzindo aquilo o qual dizemos” (TRAVERSINI; FERREIRA, 2011, p.1).

O entendimento da dimensão produtora dos discursos leva a uma discussão sobre quais discursos serão aceitos e postos em circulação. Levanta-se a discussão sobre os “regimes de verdade”:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2011, p. 12).

O saber estatístico, na contemporaneidade, parece ser valorizado como um procedimento ou técnica de obtenção da verdade: “Pelas estatísticas, através das ciências, fazem-se discursos de verdade!” (SENRA, 2005, p.15). Ele é um dos saberes que constituem um aparato de conhecimento que tem como finalidade tornar os indivíduos governáveis (COSTA, 2004). Dessa forma, o saber estatístico pode ser visto como um dos saberes que permitem o conhecimento da população, a fim de governá-la.

De acordo com Trindade (2004), a produção acadêmica na área da alfabetização pode ser vista como “invenções”, traçando uma sucessão de verdades (provisórias, portanto) a respeito do que é alfabetizar, ler, escrever, quais as maneiras para se chegar ao aprendizado da leitura e da escrita, quais usos se podem fazer dessas habilidades, etc. Da mesma forma, a produção dos números (ou a produção estatística dos números) acerca do que é ser alfabetizado, analfabeto, ou ter diferentes níveis de letramento/alfabetismo também pode ser vista como inventada e pautada pelas condições históricas nas quais foram/são gestadas.

Tendo este referencial teórico-metodológico e conceitual o presente texto busca analisar, no material selecionado, como o saber estatístico produz sujeitos ao se vincular aos discursos da alfabetização, do analfabetismo e do alfabetismo/letramento.

Cabe destacar o entendimento que assumo neste trabalho sobre alguns conceitos, pois Trindade trata dos conceitos de alfabetização e (an)alfabetismo como invenções, como produtos culturais datados. Assim, além da preocupação com o contexto histórico onde essas definições são produzidas, deve-se levar em conta “a possibilidade de receberem interpretações diversas em função de sua identificação se dar de forma mais direta com determinada orientação teórica” (TRINDADE, 2004, p.126). Assim, neste trabalho, assumo os termos letramento/alfabetismo como o “estado ou condição que assume aquele que aprender a ler e escrever” (SOARES, 1998), bem como os usos que podem ser feitos da leitura e da escrita em diferentes contextos sociais. Enquanto que a alfabetização seria a ação de ensinar ou aprender a ler e escrever, a aquisição do código linguístico.

Um Saber Sobre a População: a Emergência da Estatística na visão Foucaultiana

Foucault nos mostra que a emergência política da estatística, como saber do Estado, está relacionada com a arte de governar proposta pela literatura “anti-Maquiavel”. Nesse sentido

Governar um Estado significará portanto estabelecer a economia ao nível geral do Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamento individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle tão atenta quanto a do pai de família” (FOUCAULT, 2011, p. 281)

O movimento de governamentalização pelo qual o Estado de justiça da Idade Média foi pouco a pouco se tornando o Estado administrativo nos séculos XV e XVI, devido às mudanças nas práticas de governo, exigiu “novas formas de organização e de produção de determinados tipos de saber” (TRAVERSINI; LOPES BELLO, 2010, p.138). Isso porque adquire centralidade a preocupação do Estado com a população, em detrimento da preocupação com o território. A noção de população assume centralidade nas atenções do Estado, sendo necessários procedimentos, técnicas, meios para assegurar sua regulação. Assim, a arte de governar os homens necessitava da produção de um conjunto de formas de saber, uma delas, que segundo Foucault acabou se tornando o maior instrumento da nova racionalidade governamental, foi a estatística (SENRA, 1996, p.89).

Para que o Estado pudesse ser governado era preciso conhecer suas diferentes forças e recursos, e esses dados produzidos pela estatística vão se constituir no conteúdo essencial do saber do soberano.

O uso dos números para a produção das estatísticas tem seus primeiros registros na metade do século XVII (pelo menos no que se refere à Europa). Coincidentemente, ou não, é entre os séculos XVII e XVIII que emerge a ciência moderna, regida pelos ideais da razão e da objetividade. Assim, pode-se pensar que o registro numérico iria conferir maior veracidade ao conhecimento produzido por este campo de saber uma vez que

A matemática oferece elementos para construção de uma linguagem tal que possa expressar o real, eliminando as ambivalências e auxiliando no processo de classificação, de segregação, de igualação, de condução da diversidade do real a uma unidade (CLARETO; ROTONDO, 2010, p. 589).

“Quantifica-se para conhecer, quantifica-se para governar” (TRAVERSINI; LOPES BELLO, 2010, p.141). É nesse sentido que compreendo a produção atual das estatísticas educacionais. A geração de dados sobre a educação escolar, através, entre outras maneiras, de avaliações externas de larga escala, pode ser entendida como uma técnica para se conhecer (e se produzir) informações sobre os alunos e, assim, poder intervir, governar, a população escolar (alunos e professores).

Entendo a estatística como uma tecnologia de governo², que atua como um instrumento de uma racionalidade governamental (racionalidade neoliberal, na atualidade) que produz números, índices e taxas que são utilizados para governar condutas. Este entendimento é possível através da ferramenta metodológica e conceitual da governamentalidade, que fornece uma grade de análise que permite entender os “princípios racionais de ação para a orientação das condutas, dos modos de ser e de agir dos indivíduos e das populações” (VEIGA-NETO; TRAVERSINI, 2010).

Se entendemos tecnologia como ‘aqueles meios a que, em determinada época, autoridades de tipo diverso deitam mão para moldar, instrumentalizar e normalizar a conduta de alguém’ (Ramos do Ó, 2005, p.20) e conduzir também parcelar da população, então a estatística pode ser considerada uma tecnologia para governar (TRAVERSINI; LOPES BELLO, 2010, p.143).

Interessa-me compreender como essa tecnologia de governo legitimou-se como um saber verdadeiro a ponto de se tornar quase incontestável, de produzir “um sedutor efeito como se contra eles não se tivesse argumentos” (ROSE, 1991, p.691). Esse efeito pode ser percebido na divulgação de dados estatísticos, através de reportagens, por exemplo. Esses dados contribuem para a produção de representações sobre boas escolas, bom ensino, bons

² Veiga-Neto (2002) propõe a utilização de governo diferenciando-a de governo.

professores, etc. E, também, para a produção de diferentes formas de ser sujeito: alfabetizado, analfabeto e letrado, por exemplo.

Uma breve revisão da literatura

Antes de passar para a descrição metodológica cabe mencionar algumas pesquisas e textos produzidos que se debruçam sobre o estudo do saber estatístico. No campo da Sociologia das Estatísticas destaco os trabalhos de Nelson Senra (1996; 2005), T. Popkewitz e S. Lindblad (2001). Em uma abordagem histórica do estudo das estatísticas, no Brasil, destaco os trabalhos desenvolvidos por Natália Gil (2008), que incluem sua Dissertação de Mestrado (2002) e Tese de Doutorado (2007). Merece destaque, também, os trabalhos de Ferraro (1987; 2002; 2004; 2009) que discutem o analfabetismo através de dados estatísticos.

No âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul destaco os seguintes estudos que fazem discussão e análises sobre estatísticas, governamentalidade e educação: Tese de Doutorado de Traversini (2003), a Dissertação de Mestrado de Klein (2010), os trabalhos de Traversini e Bello (2009; 2011), e, utilizando também o conceito de numeramentalização, os trabalhos de Bello (2010), Pinho (2011) e Kreutz (2011).

O corpus analisado

Como pretendo analisar as maneiras pelas quais os discursos acadêmicos que falam/produzem a alfabetização, o analfabetismo e o alfabetismo/letramento fazem uso de dados estatísticos, realizei uma pesquisa no Portal de Teses da CAPES, e em revistas especializadas em educação e estatística, com buscas digitais pelo *Scielo*, para as revistas especializadas em educação. A revista especializada em estatística escolhida foi a Revista Brasileira de Estatística e a busca foi realizada no Acervo Digital desta revista.

Para a busca realizada em acervos digitais utilizou-se as seguintes palavras ou descritores: “dados estatísticos”, “estatísticas educacionais”, “estatísticas”, “educação”, “alfabetização”, “analfabetismo”, “letramento” e “alfabetismo”. Esses descritores foram utilizados combinados, por exemplo: “estatísticas” e “alfabetização”; “dados estatísticos” e

“letramento”, pois o objetivo era chegar aos textos e resumos que versassem sobre o tema da alfabetização (e temas correlatos) utilizando dados estatísticos ou se referindo a eles.

O corpus a ser analisado nesse texto, então, é composto por 33 resumos de teses e dissertações e 10 artigos publicados em revistas científicas das áreas da educação e da estatística. O período de abrangência do corpus é de 1946 a 2010.

O saber estatístico e a produção de sujeitos alfabetizados, analfabetos e letrados

As análises aqui realizadas buscam pelas maneiras que as estatísticas são utilizadas em textos e resumos que tratam da alfabetização, do analfabetismo e do alfabetismo/letramento entendendo que essa utilização contribui na produção do sujeito alfabetizado, analfabeto e letrado.

A partir da leitura dos resumos e textos que compõem do *corpus* analítico criei quatro unidades de análise baseadas em recorrências, das quais três se referem mais especificamente à maneira como as estatísticas são utilizadas nos textos e resumos que compõem o *corpus*, são elas: 1) estatísticas utilizadas como material empírico; 2) estatísticas utilizadas como procedimento metodológico; 3) referência a estatísticas – saber estatístico. Algumas vezes, em um mesmo resumo ou texto, foi possível identificar duas ou mais dessas unidades. A última unidade de análise se refere a uma recorrência observada mais especificamente nos textos dos artigos e diz respeito à emergência da discussão sobre os níveis de letramento/alfabetismo. Passo, então, a discorrer sobre essas unidades.

Na unidade *Estatísticas utilizadas como material empírico*, os números, índices e taxas foram tratados como fontes informativas a partir das quais se realizaram as análises do estudo em questão. A utilização das estatísticas como material empírico, ou seja, como objeto de investigação e/ou análise do artigo, tese ou dissertação se dá com base no uso dos números, dados, gráficos e tabelas produzidos por outros autores ou advindos de levantamentos realizados pelo governo. Dentre as estatísticas escolhidas pelos autores dos artigos, teses e dissertações estão o Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF), os microdados e os indicadores da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios (PNAD), os dados do Censo Demográfico, estatísticas de unidades escolares, estatísticas oficiais e documentais, dados provenientes das provas SAEB e PISA, além de percentagens, gráficos e tabelas.

Com essa utilização do número advinda de outras pesquisas ou levantamentos a classificação feita pelo autor do texto, de certa forma, é realizada através da “interpretação”

dos dados numéricos já existentes. Assim, o autor escolhe com quais classificações, já realizadas, irá trabalhar. “Na verdade, a escolha de determinadas categorias traduz novos olhares sobre a sociedade, consagrando ‘grupos’ e ‘populações’ que passam a ser objeto de uma atenção especial” (NÓVOA, 2004, p. 10).

Essas informações numéricas, e a escolha desses autores pelas categorias e classificações e o discurso por eles produzido a partir delas, também, de certa forma, contribui para a produção do que é ou não é um sujeito alfabetizado, analfabeto e letrado. Estas informações e categorias, ao serem alvo da escolha de pesquisadores, já atuam na produção dos sujeitos, uma vez que o discurso produzido por eles tem efeitos de verdade que incidem sobre os outros, produzindo-os como alfabetizados, analfabetos e letrados. Esses pesquisadores põem em circulação quais são as verdades que irão orientar o entendimento sobre os sujeitos e sua relação com aquisição do código escrito e com as práticas de leitura, escrita e oralidade e, dessa forma, os posicionam dentro de determinadas categorias, neste caso, através de suas escolhas.

Além disso, essas informações e categorias podem ser vistas como mecanismos que, de certa forma, concretizam, dão visibilidade, a este sujeito a ser produzido, lido e analisado tomando como base certos referenciais e certas normas, tidas como as merecedoras dessa “atenção especial” mencionada por Nóvoa.

Nos textos dos resumos também notamos a presença de estatísticas produzidas na própria pesquisa, através de procedimentos estatísticos, e que formavam o material empírico da pesquisa em questão. Assim, outra recorrência foi a utilização da *estatística como um procedimento metodológico da pesquisa ou do estudo*. A utilização de procedimentos metodológicos de cunho estatístico pode ser vista como uma forma de conferir legitimidade ao estudo realizado, uma vez que os números são, na sociedade contemporânea, um dos selos da objetividade e da cientificidade.

A utilização de procedimentos metodológicos de cunho estatístico pode ser vista como uma forma de conferir legitimidade ao estudo realizado, uma vez que os números são, na sociedade contemporânea, um dos selos da objetividade e da cientificidade.

Goergen (1986, p.3) argumenta que a ciência da educação, ligada a “tradição das ciências humanas, recebeu o apelo das modernas ciências exatas para trocar seus velhos métodos especulativos pelo novo instrumentário científico”. Esse mesmo autor coloca que no Brasil a pesquisa educacional seguiu duas formas de investigação, “[...] uma, voltada para os textos, aspectos históricos, fundamentos, de caráter teórico-filosófico [...]; outra, dedicada às pesquisas empíricas, obcecada, muitas vezes, pelo afã de juntar dados [...]” (GOERGEN,

1986, p.3-4). Assim, podemos pensar que a busca por procedimentos de cunho estatístico estaria relacionada a constituição de uma ordem científica (SENRA, 2005) em que

Fazer ciência passa a exigir o observar e o experimentar, com vistas a entender-se e apropriar-se a realidade, obtendo-se não uma, mas a verdade; a verdade calculada e mensurada, capaz de autorizar a realização de previsões (dizendo do provável). (SENRA, 2005, p.33).

Dando destaque a um artigo da Revista Brasileira de Estatística, notamos que a preocupação com o método adotado e com o grau de precisão que seria alcançado pelo procedimento estatístico aplicado está presente, nos órgãos especializados do Brasil, desde o final do século XIX. Um dos responsáveis pela implantação de um novo sistema de estatísticas educacionais na década de 1930, Lourenço Filho, “[...] relata que os próprios responsáveis pela apresentação de dados estatísticos desde o tempo do Império reconheciam sua inutilidade como instrumento administrativo, devido à incompletude e imprecisão” (LUGLI, 2002, s/p.). Essa mesma autora aponta que “[...] na década de 30 a ambição dos administradores nacionais era a exatidão, a descrição numérica e científica de cada sistema escolar estadual, de modo que fosse possível conhecer as diferenças regionais que à primeira vista pareciam tão marcadas” (LUGLI, 2002, s/p.).

Segundo Gil (2008) a participação do Brasil em Exposições Internacionais, onde eram comparadas as estatísticas entre os países, impulsionou a busca por bases consideradas confiáveis para a produção dos números, como a definição dos critérios, procedimentos e técnicas. Nessas exposições os países eram divididos entre aqueles que ocupavam uma posição de triunfo tecnológico e aqueles que eram posicionados como “coloniais” ou “nativos”. “Ao Brasil interessava apresentar-se perante o concerto dos países desenvolvidos como uma nação em franco avanço econômico, tecnológico e cultural. Para tanto, precisa de estatísticas completas e confiáveis” (GIL, 2007, p.34). Essa preocupação com a produção de estatísticas completas e confiáveis parece ter adentrado o século XX, avançado até a sua metade, sendo assumida pelo Serviço de Estatística da Educação e Saúde, órgão responsável pelo artigo em questão, e chegado ao início do século XXI.

A respeito da previsibilidade e das inferências advindas dos métodos estatísticos, Antônio Nóvoa nos diz que as estatísticas “[...] procuram prever os acontecimentos através de inferências cada vez mais sofisticadas” (NÓVOA, 2004, p. 10). Nesse sentido, a teoria da probabilidade e a constituição da estatística social aparecem como “avanços” na sofisticação e cientifização das técnicas estatísticas.

A teoria da probabilidade iria fornecer subsídios para o planejamento administrativo, conferindo condições de previsibilidade, numericamente sustentada. A ciência estatística estende sua possibilidade de intervenção social, passando da descrição, através do registro objetivo dos dados, para a previsão da gestão (GOUVEA, 2006, p.2).

Podemos entender que esta previsão atua no sentido de impedir que o indesejado aconteça, ou seja, a previsão e a inferência advindas das estatísticas pretendem diminuir o risco. “[...] com a invenção da noção de risco, passou-se a considerar que algumas ações podem ser realizadas para prevenir e evitar perigos e ameaças, obtendo uma sensação de domínio da insegurança e da incerteza” (TRAVERSINI, 2003, p.111). A autora coloca, também, que a invenção do risco possibilitou que se classificassem espaços e indivíduos segundo determinadas características tidas como problemáticas. No caso dos materiais analisados neste trabalho, a característica que torna uma população problemática é o analfabetismo. A utilização das estatísticas para prever, localizar, diagnosticar o analfabetismo também atua na produção do risco de ser analfabeto e permite, desse modo, o planejamento de ações que pretendem minimizá-lo.

Com a utilização da estatística como procedimento metodológico próprio do artigo, da tese ou da dissertação o autor de tal texto pode ser visto como produzindo o sujeito alfabetizado, analfabeto e/ou letrado, uma vez que ele é quem enquadra, classifica. Recorrer a um procedimento estatístico para tal enquadramento pode ser visto como uma forma de qualificar o estudo, de conferir a ele objetividade e cientificidade. Podemos dizer, também, que procura-se produzir um sujeito analfabeto, alfabetizado ou letrado “cientificamente comprovado” pelo uso de métodos e técnicas estatísticas.

A unidade *Referência a estatísticas - saber estatístico*, diz respeito aos resumos e textos que em que, de alguma maneira, se referencia algum dado estatístico ou o saber estatístico. Dessa forma, essa unidade analítica aparece nos trechos dos textos e resumos de três maneiras. Em uma delas a referência ao saber estatístico é feita pela legitimidade que usufruem esses números. Gil (2007) aponta que esse poder que as estatísticas usufruem se deve ao equívoco de se considerar que elas poderiam fornecer uma apreensão do “todo”. A autora argumenta que, ao invés disso, o que as estatísticas fornecem é apenas uma visão de alguns aspectos, aqueles que se prestam à contagem. E ainda coloca que “Sua importância está, portanto, menos na provisão de uma descrição exata e completa do real e sim na sua capacidade de ordenar e sintetizar informações conferindo inteligibilidade ao mundo” (GIL, 2007, p. 23). Poderíamos dizer, a partir da perspectiva utilizada neste estudo, que as

estatísticas produzem um tipo de inteligibilidade que nos faz entender o mundo de uma determinada forma e não de outra. Essa inteligibilidade, talvez, também nos faça entender os sujeitos de uma determinada forma, vendo-os como alfabetizados, analfabetos e letrados de acordo com seu grau de escolaridade e com os usos que esses sujeitos fazem da leitura e da escrita no seu cotidiano, por exemplo.

Outra maneira de fazer referência ao saber estatístico é aquela em que se questiona a informação estatística. Um texto, em particular, de autoria de Gatti (2004), parece articular os dois aspectos que tracei até agora nesta unidade de análise. Por um lado a autora questiona a transparência muitas vezes atribuída ao dado numérico. Por outro lado, mesmo referindo que o significado dos números é atribuído pelo pesquisador, atribui a eles o poder de possibilitar a compreensão de fenômenos educacionais e a produtividade deles em relação às políticas educacionais, à gestão e às ações pedagógicas.

A terceira forma de referência às estatísticas se dá por meio da sua utilização para corroborar necessidade do estudo e/ou para mostrar a relevância do estudo. As estatísticas aqui parecem ser utilizadas para denunciar uma situação problemática e que, por isso, precisa ser estudada ou revertida. Assim, o sujeito, geralmente analfabeto ou com um baixo nível de letramento, também é visto como um problema. A constatação dessa situação implica a sua modificação, através da intervenção para que este sujeito deixe de ser analfabeto ou aumente seu nível de letramento. Segundo Nóvoa, 2004, “Não estamos perante um mero relato ou relatório, mas antes face à construção de categorias de pensamento e de acção que criam maneiras novas de administrar as nações e os seus cidadãos”. Nesse sentido, classificar o sujeito analfabeto ou com baixo nível de letramento/alfabetismo como um problema implica a produção de estratégias para intervir nessa população a fim de reverter essa situação, no caso do analfabetismo, e minimizar o problema, no caso do nível de letramento/alfabetismo.

A última unidade analítica deste trabalho trata da necessidade de fazer subdivisões ou estabelecer *níveis de alfabetismo/letramento*. Trindade (2004, p.127) alerta para a maneira “como os estudos acadêmicos interpretavam o analfabetismo e a alfabetização há alguns séculos e como os interpretam hoje, distinguindo-os em novos tipos e níveis”.

Essa produção de estratificações com relação ao alfabetismo/letramento leva a discussão sobre a produção de uma multiplicação dos sujeitos, segundo determinado nível de escrita e de leitura. Parece que os estudos sobre letramento/alfabetismo, como saberes tidos como verdadeiros, forneceram as bases para que se passasse a classificar os sujeitos em níveis de letramento/alfabetismo para que neles se pudesse investir na condução das suas condutas de forma mais adequada.

Nessa classificação identifica-se o normal e o anormal, e se realizará uma operação de normalização que “[...] vai consistir em fazer essas diferentes distribuições de normalidades funcionarem umas em relação às outras e [em] fazer de sorte que as mais desfavoráveis sejam trazidas às que são mais favoráveis” (FOUCAULT, 2008a, p. 81). No caso aqui analisado, o mais favorável é ter um alto grau de alfabetismo/letramento. A norma passa a ser definida pelo nível de alfabetismo/letramento médio da população, aferido através de procedimentos de cunho estatístico. E essa norma é cambiante, na medida em que se pretende, cada vez mais, elevar essa média, tornando a população cada vez mais letrada.

Esses níveis podem ser vistos como uma forma de conhecer mais detidamente essa população já alfabetizada, mas que ainda não utiliza plenamente e com proficiência a leitura e a escrita, para sobre ela poder agir e conduzir suas ações com objetivo de qualificar esse alfabetismo/letramento. E qual seria o objetivo da qualificação desse alfabetismo/letramento? Parece-me que o objetivo está no incentivo ao investimento no que Foucault chama de “capital humano”. Segundo o autor o capital humano é composto por elementos inatos e elementos adquiridos. Para esta análise interessam os elementos adquiridos, que o autor chama de investimentos educacionais, entendidos como sendo “[...] muito mais amplos, muito mais numerosos do que o simples aprendizado escolar [...]” (FOUCAULT, 2008b, p. 315). Nesse sentido, poderíamos pensar que as práticas sociais de leitura e de escrita vivenciadas nas mais diversas instâncias sociais não comporiam o capital humano de um indivíduo? E, a necessidade de aumentar/qualificar o capital humano não passaria pela necessidade de qualificar ou diversificar as práticas de leitura e de escrita? Seria possível questionar se a necessidade de criar níveis para o alfabetismo/letramento da população não estaria relacionada com a lógica neoliberal onde o sujeito é visto como um empresário de si (Foucault, 2008b), que necessita gerir a sua própria vida no sentido de investir na qualificação do seu capital humano? Finalizo as análises deste texto com esses questionamentos que, tais como as análises realizadas, merecem maior aprofundamento.

Considerações Finais

Para encerrar, ainda que momentaneamente, as discussões empreendidas neste texto, retomo alguns aspectos e objetivos tentando mostrar como esses foram desenvolvidos ao longo das análises.

O questionamento central que guiou a escrita deste trabalho foi compreender como o saber estatístico é mobilizado na produção acadêmica que trata da alfabetização, do analfabetismo e do letramento e como essa mobilização produz sujeitos alfabetizados, analfabetos e letrados.

As análises empreendidas a partir do *corpus* foram realizadas a partir de quatro unidades analíticas:

- 1) estatísticas utilizadas como material empírico;
- 2) estatísticas utilizadas como procedimento metodológico;
- 3) referência a estatísticas – saber estatístico;
- 4) emergência da discussão sobre os níveis de alfabetismo/letramento.

A partir das análises realizados ao longo do trabalho pretendi contribuir para o entendimento das maneiras pelas quais o sujeito alfabetizado, analfabeto e letrado é produzido, através dos discursos acadêmicos que fazem uso da estatística para tratar do tema da alfabetização, do analfabetismo e do alfabetismo/letramento.

Além disso, a partir da análise sobre a necessidade de classificação da população em níveis de alfabetismo/letramento procurei mostrar, ainda que brevemente, como essa necessidade pode ser vista como um processo de normalização, que funciona dentro da racionalidade neoliberal que vê o sujeito como um empresário de si que precisa melhorar o seu capital humano, inclusive, em termos de alfabetismo/letramento.

Referências

BELLO, S. E. L. *Numeramentality*: a research program in Mathematics Education. **CIEAEM** 63. Barcelona: Espanha. 2011. 5f.

BELLO, S. E. L. ; TRAVERSINI, C. S. . Saber estatístico e sua curricularização para o governo de todos e de cada um. In: **Bolema**. Boletim de Educação Matemática (UNESP. Rio Claro. Impreso), v. 24, p. 855-871, 2011.

CLARETO, Sônia Maria. ROTONDO, Margareth Sacramento. Experiências no labirinto: linguagens, conhecimentos e subjetividades. In: **Zetetike**, número especial, v.18, 2010.

COSTA, Marisa Vorraber. Mídia, magistério e política cultural. In: COSTA, Marisa Vorraber; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). **Estudos Culturais em Educação**: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema... 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 73-92.

COSTA, Marisa Vorraber. Novos olhares na pesquisa em educação. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos Investigativos I**: novos olhares na pesquisa em educação. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007, p.13-22.

FERRARO, Alceu Ravello. Escola e produção do analfabetismo. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 12, n. 2, jul/dez 1987. P. 81-96.

FERRARO, Alceu Ravello. Analfabetismo e Níveis de Letramento no Brasil: o que dizem os Censos? In: **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 23, n. 81, dez. 2002. P. 21-47.

FERRARO, Alceu Ravello. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 29, n. 2, jul/dez 2004. P. 179-199.

FERRARO, Alceu Ravello. **História Inacabada do analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**: curso no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**: curso no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução e organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2011, 29ª reimpressão.

GIL, Natalia. **Razão em números: a presença das estatísticas nos discursos educacionais divulgados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944-1952)**. São Paulo, SP.

2002. Dissertação (Mestrado em Educação). 180f. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

GIL, Natalia. **A dimensão da educação nacional: um estudo sócio-histórico das estatísticas oficiais da escola brasileira**. São Paulo, SP. 2007. Tese (Doutorado em Educação). 409f. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GIL, Natalia . Aparato burocrático e os números do ensino: uma abordagem histórica. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v. 134, p. 479-502, 2008

GOERGEN, Pedro L. A pesquisa educacional no Brasil: dificuldades, avanços e perspectivas. In: **Em Aberto**. Brasília, DF. V.5, n.31, jul/set. 1986. P. 1-18.

Gouvêa, Maria Cristina Soares de. Estatística Social como Técnica de Governo: representações sobre os registros da população escolar (Portugal: 1880-1900). In: **IV Congresso Brasileiro de História da Educação: a educação e seus sujeitos na história**. 2006, Goiania-GO. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo03/Maria%20Cristina%20Soares%20de%20Gouvea%20-%20Texto.pdf>
Acesso em: 18 de março de 2012.

KREUTZ, J. A. Quem conta um ponto, inventa um conto: numeramentalização e saúde das populações. Proposta de dissertação (mestrado). Porto Alegre: PPGEDU/UFRGS, 2011.

LUGLI, Rosário S. Genta. **Estatísticas Educacionais Brasileiras na Década de 1930**. [s/n] [s/p].

NÓVOA, António. Governar através dos números. In: **Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX: os censos e as estatísticas**. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian. 2004, p.9-15.

PINHO, P. M. *Numeramentalização: uma analítica sobre os números, as suas relações e os seus registros*. Proposta de Tese (doutorado). Porto Alegre: PPGEDU/UFRGS, 2011.

POPKEWITZ, T. e LINDBLAD, S. Estatísticas Educacionais Como um Sistema de Razão: relações entre governo da educação e inclusão e exclusão sociais. **Educação & Sociedade**. São Paulo, v. 22, n. 75, ago. 2001. P. 111-148.

ROSE, Nikolas. Governing by numbers. Refiguring out democracy. In: *Accounting Organizations and Society*. London: Pergamon, v. 16, n.7, p. 673-692, 1991.

SENRA, Nelson de Castro. Governamentalidade, a invenção política das Estatísticas. **Informare** – Cadernos do PPG em Ciências da Informação, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 88-95, jan/jun 1996.

SENRA, Nelson de Castro. **O saber e o Poder das Estatísticas**: uma história das relações dos estatísticos com os estados nacionais e com as ciências. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

TRAVERSINI, Clarice Salete. **Programa Alfabetização Solidária**: o governo de todos e de cada um. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

TRAVERSINI, Clarice; BELLO, Samuel Edmundo L. O numerável, o mensurável e o auditável: estatística como tecnologia para governar. In: **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 34, n. 2, mai/ago, 2009.

TRAVERSINI, Clarice; FERREIRA, Maurício dos Santos. A Análise Foucaultiana do Discurso como Ferramenta Metodológica de Pesquisa. In: **Educação e Realidade** (no prelo).

TRINDADE, Iole Maria Faviero. A invenção de múltiplas alfabetizações e (an)alfabetismos. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 29, n. 2, jul/dez 2004. P. 125-142

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas de Governo... In: RAGO, M; ORLANDI, L. B.; VEIGANETO, A. (Orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nitezschianas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. P. 13-34

VEIGA-NETO, Alfredo. TRAVERSINI, Clarice. Porque governamentalidade e educação? In: **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 34, n. 2, mai/ago, 2009.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna. Análises Culturais – um modo de lidar com histórias que interessam à educação. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos Investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007, p.71-90.